

**GÊNERO E AMBIENTE NO INTERIOR DA ILHA
DE SANTIAGO/CABO VERDE:
a apanha de areia desde mulheres chefes de família¹**

***GENDER AND ENVIRONMENT IN THE INTERIOR
OF SANTIAGO ISLAND/CAPE VERDE:
he gathering of sand from women heads of families***

Miriam Steffen Vieira*
Eufémia Vicente Rocha**

Resumo

Cabo Verde é um país insular e saheliano, cujas condições climáticas acarretam um déficit pluviométrico, originando, a partir daí, períodos de seca que perseveraram e, por conseguinte, impõem um frágil desenvolvimento agrícola. O mundo rural enfrenta vários problemas como a carência de terras para o cultivo, a insuficiência de água e a erosão dos solos. A “apanha de areia” refere-se à extração de areia e brita/cascalho dos mares e rochas. Embora considerada um crime ambiental, a atividade acompanha gerações e abastece a construção civil do país. Focalizaremos esta atividade desde a perspectiva de mulheres do interior de Santiago, na localidade do Charco, no concelho/município de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada a partir de uma etnografia de longa duração, com visitas de campo espaçadas, desde janeiro de 2009, e do acompanhamento de políticas ambientais e gênero, em Cabo Verde. Como resultados, destacamos a agência destas mulheres em face de um contexto de crescentes desigualdades sociais.

Palavras-chave: Gênero. Ambiente. Apanha de areia. Cabo Verde.

Abstract

Cape Verde is an island country and Sahelian, where the climatic conditions cause an rainfall deficit originating dry periods causing a fragile agricultural development. The rural world is facing various

1 O presente trabalho foi realizado com o apoio da Capes, entidade do governo brasileiro voltada para a formação de recursos humanos, através do Programa de Mobilidade Internacional Capes/AULP.

* Doutora em Antropologia Social, Professora Assistente II no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, Brasil. E-mail: miriamsv@unisinos.br

** Doutora em Ciências Sociais, Professora Auxiliar na Universidade de Cabo Verde (UNICV), Cabo Verde. E-mail: eufemia.rocha@docente.unicv.edu

problems such as lack of land for cultivation, lack of water and soil erosion. The “apanha de areia” refers to the extraction of sand and gravel from the sea and rocks. Although it is considered as an environmental crime, the activity is carried for generations and supplies the civil construction business of the country. We are going to analyze this activity from the perspective of women from the interior of Santiago, in the locality of Charco, in the municipality of Santa Catarina. The research was carried out based on an ethnography of long duration, with spaced field visits, since January 2009 and the monitoring of environmental and gender policies in Cape Verde. As results, we highlight women’s agency in the face of a context of growing social inequalities.

Keywords: Gender. Environment. Sand extraction. Cape Verde.

Introdução

Já é comum na literatura apresentações de Cabo Verde como um país insular e saheliano, cujas condições climáticas acarretam um *deficit* pluviométrico, originando, a partir daí, períodos de seca que perseveram e, por conseguinte, impõem um frágil desenvolvimento agrícola. Em decorrência disto, pode-se afirmar que a pobreza e a vulnerabilidade são fenômenos que têm atravessado toda a história do arquipélago².

O arquipélago de Cabo Verde está situado na costa ocidental africana. É formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas, sendo a população composta por 248.280 mulheres e 243.403 homens, de acordo com o recenseamento populacional de 2010 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011). Considerado como um País de Desenvolvimento Médio, a percentagem da população pobre (pessoas vivendo abaixo do limiar da pobreza, considerado como menos de 49.485\$00 por ano³) era de 26,6%, em 2007, conforme o Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar de Cabo Verde, publicado no Anuário Estatístico (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2015, p. 63). Em relação à distribuição da pobreza, o mesmo inquérito apontou incidência maior no meio rural, indicando que “a profundidade da pobreza foi de 8,1%, sendo que no meio urbano este valor foi de 3,3% e no meio rural foi de 14,3%” e, em relação a intensidade da pobreza, “esta atingiu o valor de 3,4% em 2007, sendo que no meio urbano foi de 1,3% enquanto no meio rural atingiu o valor de 6,3%” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2015, p. 63).

Entretanto, o conceito de pobreza não abrange apenas o rendimento e o consumo. Enquanto uma categoria institucional que ampara políticas públicas, para além da privação das necessidades elementares, a noção de pobreza passou a integrar a privação de liberdade para escolher, para contornar uma situação anterior e, conseqüentemente, a não participação nos processos de construção de políticas.

2 A esse respeito cf. Furtado (2008).

3 Para fins de uma referência em relação a valor: 49.485\$00ECV (quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco escudos de Cabo Verde) corresponde a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), em 05/11/2016, segundo as taxas de câmbio para a conversão de moedas do Banco Central do Brasil.

Trata-se de uma privação múltipla, isto é, uma privação em vários domínios. Neste caso, pode-se falar de exclusão, ainda que os dois conceitos – pobreza e exclusão social – sejam realidades distintas que nem sempre possam coexistir, embora inúmeras vezes sejam confundidos e atrelados um ao outro.

Pedro Demo (1995) fala de duas pobrezas diferentes: a socioeconômica e a política. Na sua perspectiva, quando se pensa na pobreza, o primeiro aspecto que nos surge é aquilo que é material; trata-se de carência. Entretanto, o sociólogo reconhece uma pobreza associada ao campo do poder, ou seja, à dimensão de cidadania, da participação e das formas de organização política. Tudo isto é conquistado a partir do momento em que os pobres passam a refletir sobre a sua condição e buscam soluções para romper com a lógica influente, quando deixam de ser meros objetos e não visionam a pobreza como algo inato.

A partir da década de 1990, os governos caboverdianos passaram a incluir a dimensão da pobreza nas suas políticas. Em 1997, o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) se apresentou como um ferramenta de descentralização e de participação dos vários atores sociais envolvidos, dado que o combate à pobreza passou a ser compreendido, também, como uma tarefa dos próprios pobres. Esse esforço de redução e de erradicação da pobreza passou a contar com políticas tanto macro como microeconômicas, ficando claro que a intenção era ter “um crescimento com inclusão, um crescimento com rosto humano”, conforme registra o Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (2008-2011). Estas características vêm sendo apontadas nas pesquisas desenvolvidas por Furtado (2008) sobre o desenvolvimento de políticas voltadas à pobreza em Cabo Verde e por Veríssimo (2015) sobre a implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural de Santiago.

Considerando que a pobreza configura-se e distribui-se de formas diferentes, consoante as ilhas e os municípios, sendo mais incidente entre a população rural, destaca-se que as ilhas que, na sua maioria, abranjem habitantes rurais sejam as mais atingidas, entre estas, a ilha de Santiago. Conforme Furtado (2008, p. 21):

As condições naturais, técnicas e sociais de produção agrícola, uma estrutura fundiária assente maioritariamente na exploração indirecta da terra e em minifúndios, técnicas e tecnologias de produção rudimentares nas agriculturas de sequeiro caracterizam o mundo da produção agrária cabo-verdiana, fazendo com que a produtividade agrícola seja extremamente baixa e que os rendimentos auferidos não garantam minimamente a sobrevivência das famílias, fazendo com que mais de dois terços dos membros das explorações agrícolas tenham fontes de rendimento em atividades extra-agrícolas.

Assim, o mundo rural enfrenta vários problemas relacionados à carência de terras para o cultivo, além de outros fenômenos ambientais como a insuficiência de água tanto para o consumo quanto para o uso agrícola. No que toca à água consumida em Cabo Verde, ela é principalmente de origem subterrânea. A exploração das águas superficiais é bastante regulada pelo seu tipo de escoamento, de origem torrencial. Por isso, pode-se afirmar que a sua quantidade é subaproveitada, em razão das dificuldades de captação.

A problemática da água é considerada de vital importância para a superação das barreiras ao desenvolvimento. Daí os inúmeros esforços visando atuações no que diz respeito à construção de infraestruturas hídricas capazes de solucionar o problema da escassez desse recurso em Cabo Verde, a exemplo das barragens (FERREIRA, 2016).

Nestas políticas, pressupõe-se um desenvolvimento que aposta num caráter multidimensional, numa abordagem interdisciplinar, em que se articulam diferentes dimensões da vida e se exigem metodologias participativas e de empoderamento. Como bem mostrou Chambers (1983), espera-se que os agricultores e agricultoras tornem-se “arquitectos e actores do seu próprio desenvolvimento”.

De acordo com o Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (DECRP III - 2012-2016), a pobreza em Cabo Verde é considerada como sendo rural e feminina:

A respeito dos diferentes impactos em cada grupo populacional, a pobreza em Cabo Verde tem sido um problema histórico tendo em conta as fragilidades e as vulnerabilidades enfrentadas pela nação. A pobreza tende a ser rural e uma proporção maior de mulheres do que homens são pobres. O mesmo acontece para agregados familiares liderados por mulheres em relação aos liderados por homens. A pobreza em Cabo Verde por isso ser considerada rural e feminina. (CABO VERDE, 2012, p. 11).

Neste contexto, pretendemos trazer algumas reflexões desde uma etnografia de longa duração – iniciada em janeiro de 2009 –, acompanhando a perspectiva de mulheres da localidade do Charco, no concelho de Santa Catarina⁴.

A região do Charco

A ilha de Santiago é a maior em termos de superfície – 991km² – e concentra mais da metade da população total do país (aproximadamente 54%). Dos nove concelhos da ilha de Santiago, encontramos o de Santa Catarina, no interior da ilha, no passado, a região mais populosa, e onde a agricultura e a pecuária são, ainda hoje, atividades de peso.

Para esta pesquisa, elegemos a Vila de Ribeira da Barca, região litorânea que compõe o concelho de Santa Catarina, e outras zonas na sua grande área, particularmente o Charco, considerada como uma região fortemente impactada pela *apanha de areia*, que consiste na extração de areia do mar, mas também de rochas, como cascalho, brita e jorra, pela população local, e vendida para uso na construção civil (Moassab; Vieira, 2016).

4 A distribuição territorial e política do país está organizada em Concelhos, nas diferentes ilhas do arquipélago, sendo o Charco uma zona dentro da ampla região do Concelho de Santa Catarina, na Ilha de Santiago.

A Bacia Hidrográfica do Charco estende-se por uma área de 35,58km² com um perímetro de 32km. As suas precipitações médias são de 400 mm/ano nos espaços de altitude superior e de 150 mm/ano nos de pequena altitude. Ainda, na bacia encontramos extremos climáticos que se diversificam do subúmido, semiárido ao árido, ou seja, ela é confrontada com três zonas agroecológicas. As áreas da bacia contíguas ao mar, hoje, enfrentam problemas de intrusão marinha. Daí a salinização dos solos que, segundo técnicos caboverdianos, é resultado da exploração de inertes (*apanha de areia*) pela população local e dos arredores.

A comunidade do Charco, com uma população de 266 habitantes, dentre os quais 144 mulheres e 122 homens, é composta pelas zonas de Figueira Coxo, Covão Dentro, Djangago, Lém Freire, Terra Vermelha, Taberna e Locale (Dogoule). Nelas, identificou-se um total de 51 agregados familiares que são chefiados, na sua maior parte, isto é, 30 agregados, por mulheres, conforme dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação do ano de 2010 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2011).

No entanto, não foi primeiramente esse fato que chamou nossa atenção para a comunidade do Charco, mas, por um lado, a evidência de uma intensa movimentação de mulheres dedicando-se à *apanha de areia*— algo que vinha de décadas atrás, e, por outro, as falas institucionais que emergiam nesse cenário e remetiam para a degradação ambiental e consequente culpabilização das mulheres. Por isso a necessidade de (re)conversão das mulheres para a agricultura, ou para outras atividades de geração de renda, com apoio governamental e/ou não governamental⁵.

No âmbito das políticas, além do mencionado programa voltado à redução da pobreza, foram desenvolvidos, na área ambiental, os Planos de Ação Ambiental (Pana). O primeiro, para o período de 1994 a 2004 (Pana I) e, posteriormente, abrangendo o período de 2004 a 2014 (Pana II). Este segundo Plano foi composto por seis volumes, sendo o primeiro destinado ao tema do “impacto da apanha e extração de inertes”. Esta atividade é considerada como responsável pela “degradação da paisagem”, com prejuízos ao desenvolvimento do turismo. Na sequência, em 2007, a extração de inertes sem autorização foi criminalizada.

Assim, não é por acaso que a pobreza e a exclusão social tenham se tornado problemas políticos, uma vez que estão em jogo as condições de existência das populações, e as leis, os direitos, não são somente encenações, pelo contrário, a sua eficácia legitima a democracia. Num contexto democrático, as decisões devem passar pelo público-alvo de determinadas políticas, programas, e reconhecê-los como atores sociais desses meios é a forma de garantia de participação nos processos decisórios⁶. A viabilidade desta dinâmica numa comunidade rural caboverdiana faz-nos refletir sobre o conceito de ética dialógica de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), uma vez que, para o autor, a questão envolve um processo democrático, um processo que deve ser

5 Nesse panorama, emergem outras atividades. Por exemplo, uma matéria veiculada no Sapo Notícias apresentava o trabalho de conversão da apanha de areia para o artesanato (MULHERES..., 2010).

6 A esse respeito cf. Oliveira (2000).

pautado pela simetria, desde a demanda de compreensão daqueles que se tocam pelo discurso. Todos têm de fazer parte de um mesmo espaço de participação e intervenção.

O que o Senhor Sogni, morador de Ribeira da Barca, assegurou-nos é que, “*por necessidade não tem mais areia, o povo tirou tudo para apanhar, para vender, para viver*”⁷. Esta colocação permitiu-nos identificar uma hierarquia entre os próprios moradores dessas comunidades. As mulheres que realizam a *apanha de areia* reclamam que são desprezadas, são insultadas de pescoços compridos, são bastante criticadas. Nesse caso, elas fazem questão de mostrar que, de um lado, estão as mulheres que apanham areia e que, por isso, apresentam sinais de luta quotidiana e, de outro, aparecem as outras pessoas, mulheres e homens, que nada fazem e esperam só receber ou, simplesmente, esperam que os outros lhes dêem.

Neste contexto, a *apanha de areia* revela uma dimensão de agência e de contestação em relação à situação de desigualdade social e econômica de mulheres e famílias do meio rural.

Mais recentemente, a organização não governamental Renascença Africana: Associação das Mulheres da África Ocidental (Ramao), Célula de Cabo Verde, no ano de 2015, realizou sessões públicas voltadas à sensibilização da população em diversas ilhas onde se manifestam atividades extrativas. Trata-se de um projeto que envolve outros países da sub-região africana e que visa a “prevenção de riscos nas zonas costeiras”. A primeira ação foi no norte da ilha de Santiago, compreendendo os concelhos de Tarrafal, São Miguel, Santa Cruz Santa Catarina, portanto, abrangendo as mulheres da comunidade do Charco (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

A notícia televisiva sobre esta ação de sensibilização apresentou a perspectiva das mulheres que participaram do encontro. Um grupo de mulheres que está na *apanha de areia* nesta região fez uma manifestação intitulada “lenço branco na cabeça”. Uma das senhoras manifestou que a *apanha de areia* “prejudica a nossa saúde, primeiramente, depois, prejudica o meio ambiente; mas como nós não temos uma outra alternativa, nós seguimos indo lá”. Outra senhora contou das dificuldades enfrentadas para manter a família, sendo um dos filhos uma pessoa com deficiência, restando-lhe, então, a *apanha de areia* (ASSOCIAÇÃO..., 2015).

Acompañamos a segunda sensibilização da Ramao, realizada no dia 11 de julho, na Cidade Velha, contemplando o sul da ilha de Santiago. O encontro, intitulado Prevenção de Riscos nas Zonas Costeiras da Ilha de Santiago, contou com a participação de mulheres vindas das diversas localidades daquela região, muitas acompanhadas dos filhos. Ali permaneceram durante aquela manhã de sábado, num evento encerrado com um almoço comunitário e apresentação de batuko⁸, com a presença de autoridades em políticas de gênero, representantes do Instituto Cabo-

7 Conversa informal com as pesquisadoras em 02/2010. Os nomes são fictícios para preservar as identidades dos/as interlocutores em campo.

8 *Batuko* é uma manifestação tradicional cabo-verdiana, especialmente na ilha de Santiago. Conforme Semedo (2009, p. 14), “O *batuko* é majoritariamente um espaço feminino, onde as mulheres, as *batukadeiras*, por meio das letras de música, falam sobre homens e sobre mulheres (sobre si mesmas e outras), falam do espaço local e do espaço cabo-verdiano.”

verdiano para a Igualdade e Equidade do Gênero (Icieg), e da ONU Mulheres em Cabo Verde, de pesquisadoras do Centro de Investigação e Formação em Gênero e Família da Universidade de Cabo Verde (Cigef), bem como de representantes do governo na área ambiental. O evento iniciou com duas formações técnicas sobre proteção ambiental e riscos decorrentes de práticas extrativas pela população. Às participantes, foram distribuídas folhas e canetas para as anotações. Por fim, foi aberta a palavra às mulheres. Do silêncio inicial, emergiram, em sequência, muitos e muitos depoimentos de mulheres que estão há 6, 15 ou 34 anos na *apanha de areia*: “tenho mais de 23 anos na areia, minha vida é na areia”; “para a nossa vida, é aquela areia que vale; não há o que fazer”; “nós temos que tirar areia, se não nós não sobrevivemos”; “sou mãe e pai dos meus filhos”; “sou chefe de família”; “estou na apanha de areia desde os quinze anos, desde que tive filho”; “eu tenho 34 anos dentro da areia, meu marido morreu há 29 anos e me deixou com seis filhos”.

Por fim, ao serem indagadas sobre as possíveis alternativas para saírem da *apanha de areia*, uma senhora não hesitou em criticar medidas paliativas, referindo-se a programas de geração de renda a partir da criação de animais. Desabafou: “eu tenho que ir pegar areia para alimentar os leitões!”⁹.

Estes eventos tornam explícito o lugar de fala das mulheres, evidenciando o sobretrabalho a que estão expostas para a reprodução familiar, a fragilidade do Estado na oferta de serviços de cuidado¹⁰, bem como de possibilidades de trabalho remunerado e em condições dignas para a manutenção delas e de suas famílias.

***Maré ta kunpanha lua*¹¹: natureza, gênero e trabalho**

A primeira casa que visitamos fica próxima do mar, logo a primeira casa, na encosta que dá início à zona de Lém Rocha. Ao lado da porta de entrada há um espaço quadrado cheio de areia. Não perguntamos, mas depois, conversando com Tê, ela explicou-nos que após o dia 8 de Janeiro não podiam mais apanhar areia. Entretanto, a areia que estava fora da beira do mar, que já estava apanhada, poderia ser utilizada. Deste modo, vimos alguns montinhos próximos às residências. Interessante ver o uso, ali não parecia ser para venda. Talvez, reparos nas casas? Muitas estão em construção.

Na frente da casa, um barco construído pelo Sr. Davi, com cerca de 70 anos, pescador, embora só trabalhasse na pesca de vez em quando. Conversamos com ele durante o almoço.

9 A mesma crítica apareceu em áreas protegidas de Cabo Verde, na ilha de Santiago e na ilha de São Nicolau, entre mulheres que aderiram a programas de empoderamento e buscaram crédito para a criação de suínos, mas que, entretanto, viram-se endividadas, além de passarem por esta experiência de não terem como alimentar a criação, de modo a deslocarem recursos familiares e da educação dos filhos para manterem o empreendimento e saldarem as dívidas (MOASSAB; VIEIRA, 2016).

10 Referimo-nos aqui às demandas de equidade de gênero nas políticas sociais, tal como proposto em Esquivel (2011), em decorrência do sobretrabalho das famílias e, dentro destas, das mulheres, com o trabalho de cuidado.

11 “A maré acompanha a lua”, disse-nos o Sr. Sogni em 07/03/2010.

Da casa, avistamos as crianças brincando no mar, os jovens jogando futebol, pequenos caminhões¹² rumando para o Charco, com algumas pessoas em cima, e muitas mulheres e crianças que passavam em direção ao Charco, com baldes na cabeça e água – o que Eufémia designou como Romaria. (Diário de Campo, Ribeira da Barca, 20/02/2010)

Figuras 1 e 2 – Caminho de Ribeira da Barca para o Charco



Fonte: Imagens coletadas pelas pesquisadoras, fevereiro de 2010.

Quando conversamos com algumas jovens sobre o ritmo com que enchem os galuchos, como vulgarmente chamam os veículos de transporte de inertes, tudo dependia, diziam. Não dava para saber direito, uma vez que o mar, principalmente, ditava as regras. Por dia, podiam encher um galucho, ou até mais, caso a maré estivesse boa. Quando o mar estava bravo, já era perigoso demais; para que não corressem o risco de se machucar nas pedras escorregadias e até sofrer outros acidentes, evitavam entrar no mar e ir mais além. Logo, o melhor momento para a apanha de areia era quando a maré estivesse baixando. Daí observarmos o que denominamos mais acima de romaria, o que era o movimento grupal de mulheres, cada uma levando o seu balde e outros utensílios – o lenço, a *sulada*¹³, a *unheira*¹⁴ – em direção à praia de Djangago, no Charco, e onde, igualmente, identificamos a

12 São veículos de marcas variadas como Toyota Dina, Mitsubishi e/ou outro, que se destacam pela carroceria para carga geral e basculante da marca Galucho. E, neste contexto, é o meio de transporte usado, por excelência, na circulação dos inertes extraídos em diversas praias do país.

13 Lenço ou pano grande muito comum entre mulheres para sobrepor à roupa, mas que pode ter múltiplos usos, como amarrar nos quadris para aumentar o equilíbrio, para dar força, para proteger do sol, etc.

14 Pá utilizada para a apanha de areia.

ida de alguns veículos pesados. Mulheres essas que outrora foram crianças e mesmo nesse ciclo de vida experienciaram a apanha de areia, como fez questão de frisar Beta, referindo-se ao fato de se dedicarem a essa atividade quando crianças, durante as suas férias letivas e nos feriados: “*cada um tem seu peso, cada um apanha o que pode!*” (Beta, Ribeira da Barca, 02/2010).

Sogni, pai de Beta, fez questão de nos explicar sobre a interferência da lua no mar. Este era acompanhado por aquela. Quando a lua estivesse no alto, acima de nossas cabeças, isto significava que a maré estava seca ou baixa. Ao contrário, a maré ficava cheia ou alta no nascer e no sair da lua, e, ainda, que o mar mudava a cada 40h ou 45h.

Essa relação entre o mar e a lua era importante para a construção dos seus botes de pesca, dado que o corte da madeira para tal feito correspondia à maré, ou seja, a madeira estaria seca e boa para o corte e uso no fabrico do bote caso a maré estivesse, da mesma forma, seca.

Portanto, os ritmos do trabalho entrelaçam-se aos ritmos da natureza, ou seja, o mar é um importante demarcador do ritmo de trabalho e permite uma maior autonomia na sua gestão. A apanha de areia depende não só do estado do mar, entram em jogo as tarefas domésticas, as situações de doença e/ou outros. Como nos esclarece Beta, uma jovem de cerca de 30 anos que se dedica a essa atividade de extração de areia e/ou cascalho, essas mulheres constituem sociedades. Ela mesma é sócia da mãe, que já conta com os seus 56 anos, e mais duas outras mulheres; todas residem em Ribeira da Barca e vão trabalhar no Charco.

Ane, irmã de Beta, exemplificou-nos, com ela, a irmã e as sócias, dizendo que, no geral, não há conflitos, mas em outros grupos há. Às vezes, um sócio/a pode não ir num dia e os demais determinam, de comum acordo, se ele ganha ou não aquele dia. No caso delas, afirma: “*Eu posso não vir num dia, posso ter roupa para lavar, passar a ferro e posso não ir e sei que a Beta trabalha por mim. Eu sei que posso ficar doente e elas trabalham por mim, mas dividimos o dinheiro. Mas, sei que em outros grupos não, daí as discussões*” (Ane, Ribeira da Barca, 2010). Por este motivo, observamos as trocas e ajustes nas composições de equipas. Embora essas tensões surjam não só entre as mulheres, mas idênticamente entre as mulheres e os condutores dos veículos, que, normalmente, são os compradores dos inertes. Isto por certas razões: 1) eles podem demorar meses para pagar; 2) podem não pagar; e 3) se eles têm uma clientela certa, se forem fiéis a ponto de comprarem areia somente de algumas equipas, as demais não ficam contentes.

Nesta sequência, essa aparenta ser uma organização mais flexível em relação ao mercado de trabalho, com acordos entre os membros de uma equipa, acordos entre equipas, com uma gestão maleável do horário de trabalho, e um trabalho suportado em redes nas quais a presença das famílias, principalmente chefiadas por mulheres, é a base.

Essa flexibilidade, similarmente, surge em outras situações, quando, por exemplo, Sogni contou-nos que o filho caçula, que frequentava o 1º ano na universidade, não conseguiu um subsídio de apoio aos estudos através da Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar (Ficase) e fazia “ginástica” extraindo areia, uma vez que só o mar, a pesca, não dava para suportar determinados gastos com

a escola. Até finais de 2015, soubemos que esse jovem terminou a sua licenciatura, mas, pelo fato de não ter conseguido emprego, permanecia conciliando a pesca com a extração de areia.

Embora a *apanha de areia* seja reconhecida localmente como um trabalho que envolve mais as mulheres, também os homens, cada vez mais, estão presentes nesta atividade, mas em algumas circunstâncias, conforme nos explicaram dois sócios que estavam a caminho do Charco. Estes jovens, um de 22 e o outro de 27 anos, entendem-se como pescadores; contam que preferem ir à pesca, mas como o mar estava *brabo*, teriam que ir para a *apanha de areia*, pois precisava entrar algum dinheiro para aguentar o fim do ano e não seria possível esperar o mar *amansar*.

Entretanto, não é apenas a relação com a natureza que compõe o ritmo da vida no Charco, o Sr. Sogni lastima que “*hoje já não há mais peixe!*”. Ele nos explica sobre os acordos do governo de Cabo Verde com o estrangeiro, possibilitando a entrada de navios para a pesca e, a partir daí, sobre a impotência das técnicas tradicionais de pesca diante dos barcos estrangeiros: “*a gente pegava um atum, mastigava e cuspi no mar, era isca! A pesca era à barra ou linha. Mas os estrangeiros têm maior capacidade, e a pesca é em maior quantidade, por isso não há peixe em Cabo Verde!*” (Sogni, Ribeira da Barca, 02/2010)¹⁵.

Este fenômeno também foi observado por Gonçalves (2016), em estudo sobre a pesca artesanal na Cidade Velha, num contexto de restrições enfrentadas pela patrimonialização do espaço, assim como de normativas ambientais e acordos internacionais neste campo. Segundo a autora, os

[...] acordos e contratos de pescas internacionais e regionais que têm resultado no aumento da pressão das capturas das espécies, da extração de areias para construção civil e de entre outros. Situações que têm refletido na prática pesqueira nas comunidades rurais como as de Cidade Velha, *locus* da nossa pesquisa, mas também em outras localidades quais sejam o Porto da Ribeira da Barca, Porto Mosquito, Calheta de São Miguel, Santa Cruz, todos na ilha de Santiago. (GONÇALVES, 2016, p. 94-95).

15 Os referidos acordos de pesca com a União Européia iniciaram em 2007 e seguem com renovações. Possibilitam que navios da Espanha, Portugal e França pesquem em águas cabo-verdianas. Em notícia da imprensa online, foi possível acompanhar várias manifestações contrárias à renovação do acordo, entre estas: “A escravatura continua, fartamo-nos de trabalhar e não ganhamos nada com estes europeus aqui a roubar as nossas riquezas”; “Europeus e China são destruidores do fundo do mar e de árvores na terra. Depois, na terra deles, os caboverdianos são tratados que nem bandidos, e escravos”; “mais tarde vamos passar a comprar latas de atum da União Européia” (ACORDO..., 2013).

Figura 3 – Apanha da Areia, Praia de Djangago/Charco



Fonte: Imagens coletadas pelas pesquisadoras, março de 2010.

Sobre a participação de jovens na *apanha de areia*, o então Presidente da Associação de Pescadores e Peixeiras de Ribeira da Barca¹⁶, afirmou que mesmo com o ensino secundário concluído, por falta de trabalho, eles se dedicavam à atividade. Não obstante reconhecer que esse é um problema cuja solução caberia ao governo, considerou que a Associação deveria desencadear ações de sensibilização contra a *apanha de areia*, pelo fato de ser melhor para a população em geral, que pode tirar mais vantagens com o turismo. Ele apontou algumas dificuldades enfrentadas em função desta atividade: primeiramente, explicou que, à medida que a atividade da *apanha de areia* avança, ela dificulta a vinda das tartarugas para desovar nas praias e, conseqüentemente, a possibilidade de desaparecimento desses animais da biodiversidade marinha aumenta. Segundo, ele diz que a extração afeta a própria reprodução dos peixes, dado que as mulheres entram no mar e vão até a uma altura em que a água chega aos seus pescoços. Terceiro, que há inúmeras queixas na Capitania dos Portos, por parte dos moradores e agricultores do Charco, retratando a salinização dos seus terrenos e a infiltração da água do mar nas nascentes ou poços de água doce/potável, tornando esta insalubre. Quarto, menciona a invasão do mar a ponto de pôr em risco as casas e propriedades mais próximas das praias, já que a areia e o cascalho deixam de estar lá para fazerem o seu papel natural de proteção¹⁷. Por último, critica as autoridades pelo não exercício das suas funções, isto é, existe um mau controle dessa questão pelo fato de não haver fiscalização da *apanha de areia*.

¹⁶ Entrevista concedida às pesquisadoras em 02/2010.

¹⁷ Esse risco em Ribeira da Barca foi veiculado, anteriormente, pela RTC-Radiotelevisão Cabo-verdiana (EXTRACÇÃO..., 2010).

Todavia, ao longo destes anos, fomos observando a intensificação de discursos e ações, por parte das instituições estatais, a propósito da extração de inertes por moradores, através da imprensa, tanto na ilha de Santiago como em outras ilhas do arquipélago. A título de exemplo, a 15 de maio de 2010, o veículo online *A Semana* noticiava: “A Direcção Geral do Ambiente (DGA) manifesta contra a extracção de areia nas praias em São Filipe”, na ilha do Fogo. Por isso, iria propor ao governo a suspensão da apanha de inertes nestas praias, como forma de evitar um “desastre ambiental.”(CENTEIO, 2010). Mais recentemente, em 2014, dava-se conta desse fenómeno na ilha de São Nicolau (PINA, 2014), bem como resistências por parte de extratores na Ilha de São Vicente (EXTRATORES..., 2014).

Igualmente, passaram a ser recorrentes os estudos sobre os impactos da extração de inertes e os dispositivos jurídicos para a sua regulação. Destacamos, a esse respeito, uma notícia do início de 2016 que aponta a necessidade de um novo instrumento que regulamente a atividade extratora e a intensificação de fiscalização em alguns pontos do país, dentre os quais, Ribeira da Barca. Esta é aludida como “um caso especial” por alguns dos motivos expostos acima pelo dirigente associativo citado, só que desta vez nas palavras do então Diretor Nacional do Ambiente, que apontou o seguinte:

Apenas com diálogos não estamos a conseguir e dentro de curto prazo vamos ter que tomar medidas mais radicais. Vamos ter que articular nos próximos tempos com a Polícia Nacional e eventualmente com as Forças Armadas, no sentido de entrarmos na comunidade e fazer as pessoas cumprirem a obrigação legal. Extração de areia em Cabo Verde é proibido por lei e não faz sentido as pessoas estarem a inventar desculpas seja de qual natureza for. (RETOMA..., 2016).

Terra e água como masculinas

Estas mulheres encontram-se “no meio” de duas grandes famílias proprietárias, que também em questão de terra e água frequentemente as disputam. Logo, por serem as famílias que vêm explorando esses bens na zona, desde antes da independência do país, a prioridade permanece sendo delas em detrimento dessas mulheres chefes de família. Segundo uma liderança da Associação Brianda Norte, que tem acompanhado a comunidade e estas mulheres na tentativa de fazerem os seus pedaços de terra render,

[...] nestes casos estas senhoras sempre ficam em desvantagem. A vantagem permanece sempre do lado dos mais fortes e apesar da conjuntura estar a mudar eles continuam a ser os mais fortes.

Exatamente,... isso é um problema que nós temos essencialmente, aquela água, como pudeste ver, cai no reservatório lá em cima... alagamento... É muito fundo, ele leva mais de 4 toneladas de água. Então, hoje nós não temos água para esse tipo de agricultura [de alagamento], ali é a única batata quente que nós temos, única. São duas coisas; [mais] a apanha de areia, não há política para isso.

Essas pessoas que têm a água, mesmo que a água esteja... eles não querem que se mexa nessa água. [...] A água tornou-se tipo um patrimônio, mas seus, [porque] eles herdaram, é privado. (Donan, Charco, 04/2015).

Ao longo destes anos que vimos acompanhando essas mulheres na comunidade do Charco, a questão da água tornou-se cada vez mais presente, uma vez que, pela falta desse bem, chegamos ao ano de 2015 e as mulheres já começavam a perder a esperança de um dia poderem trabalhar nos pedaços de terra que haviam ganho, como uma política de conversão da apanha de areia para a agricultura. Mesmo que até o momento não tenham conseguido instalar um sistema moderno de rega gota a gota, segundo diziam, pelo menos poderiam carregar a água na cabeça. Porém, nem isso os dois grandes proprietários permitiam.

E o que esse líder associativo nos mostrou durante os vários encontros e diálogos que tivemos foi uma disputa que não vê uma dissociação entre um bem e o outro. Pois, se os grandes proprietários sempre exploraram essas terras, conseqüentemente a posse da água nunca foi posta em causa. Ela também fazia parte do “pacote”.

Em momentos diferentes em que visitamos a comunidade, por vezes o panorama era desolador. Muita água desperdiçada em terrenos que nem estavam em produção – via alagamento, um sistema tradicional na prática da agricultura em Cabo Verde e que tem caído em desuso, mas uma situação por vezes diária na localidade. As pessoas queixavam-se de que, principalmente, alguns homens dessas famílias, e gestores desses bens, esbanjavam água só como uma amostra de que podiam fazer o que quisessem, como uma demonstração de poder. Mesmo que não a usassem, não estavam dispostos a partilhar.

Nesta sequência, uma das estratégias que se quer implementar é a introdução de um sistema de gestão e conseqüente pagamento pelo uso da água na tentativa de mostrar que ela é um bem público, e não privado, mesmo que seja água de nascente, como é o caso do Charco. Daí as negociações mais recentes com a entrada em jogo da Agência Nacional de Água e Saneamento (Anas), que coloca no horizonte destas mulheres, especialmente, uma das condições de possibilidade para a produção agrícola.

Loide, uma senhora de 58 anos, sempre mostrou-se com força e com vontade de trabalhar na sua parcela de terra. Relata-nos que trabalhou desde bem pequena – “uma criança”; os seus pais não a colocaram na escola, logo, cresceu na labuta diária. Chegava o tempo das chuvas e ela lá estava num vai e vem todos os dias até a colheita. Ainda hoje, quando chega o período de colheita, ela trabalha no terreno de outrem e paga uma renda; e dos produtos que colhe entrega cerca da metade ao rendeiro. Conta, igualmente, com o apoio do marido e de dois dos sete filhos nessa lida quotidiana de sobrevivência.

Como afirma Loide, bastaria darem-lhes trabalho para trabalharem. Mas, ao mesmo tempo questiona: “É porque somos mulheres?” E responde: “*Mas, nós temos alguém para trabalhar, nós temos filhos, nós temos marido também. Nós estamos em busca de trabalho. Ter água, o que falta é água!*”

Essa fala de Loide é interessante para se perceber como a lógica de concentração e exploração dos bens – terra e água –, e o conseqüente poder exercido, é masculino, fazendo com que as mulheres vivam em desigualdade. Uma desigualdade que, à primeira vista, atinge não só o gênero, por pôr em causa a capacidade das mulheres na tomada de decisões no que respeita à aquisição dos seus meios de subsistência, mas parece perpassar a classe social e acertar os homens. Mesmo em se tratando da possibilidade de não serem elas a trabalhar diretamente, ou a serem representadas pelos seus filhos e maridos, igualmente homens, reconhecem que não há espaço para estes últimos.

Nesse percurso, existem mais mulheres e famílias do Charcoem situação idêntica, o que instiga inúmeras reflexões. Manifestam imensa vontade de trabalhar e driblar as dificuldades, ter meios e produzir nas suas parcelas de terra, e não só ficar na dependência tanto dos seus lares como na dos grandes proprietários e seus rendeiros:

Se eles [grandes proprietários] fizerem gogo¹⁸é para nós comprarmos, se fizerem mel, nós temos que comprar, até às crianças não dão uma ponta de cana! Logo, os meus filhos criei-os que nem à fornadja¹⁹eles iam; eu não os deixava ir, porque quando iam eles ficavam a censurar, a dizer que iam esmirrar-nos. Assim, os criei até que agora estão crescidos e já são alguém. (Loide, Charco, 04/2015).

Contudo, essa moradora da comunidade coloca, além da água, a sua preocupação e ansiedade pela instalação de um sistema alternativo, ou seja, conseguir ter acesso à água através de um “furo” que precisa de um mecanismo extra para funcionar; em médio e longo prazo os efeitos seriam positivos, mas era caro instalar o sistema de irrigação gota a gota, por mais que a sua parcela fosse pequena. Tanto ela como outras mulheres esperavam uma ajuda por parte do ex-Ministério do Desenvolvimento Rural, atual Ministério da Agricultura e Ambiente. Esclarece-nos Loide que,

Eles dizem que nos vão dar uma ajuda, que eles vêm colocar uma bomba num furo para puxar água e que vai dar para a rega por forma a trabalharmos. Porque se encontrarmos água nós trabalharemos nem que seja um pouco, pedaço por pedaço, e quando menos sentirmos já terminamos de trabalhar. (Loide, Charco, 04/2015).

Deste modo, Loide dá conta de um cenário de modernização da agricultura posta em marcha desde há algum tempo, conforme menciona Victor Reis (2015, p. 152):

O governo de Cabo Verde tem afetado importantes recursos à agricultura desde os primeiros anos da Independência. Para isso, tem contado com a ajuda internacional tanto no plano financeiro como técnico.

18 Águardente de cana.

19 Espaço de produção do gogo, aguardente de cana de açúcar.

O Programa Nacional de Investimento Agrícola, iniciado em 2010, com um horizonte de execução de seis anos, prevê investimentos, alguns já em curso, no valor de 250 milhões de dólares destinados à modernização da agricultura. O financiamento previsto é suportado quer pelo Governo (15,5%) quer por fontes externas, designadamente Linha de Crédito Portuguesa (11,7%) e BADEA²⁰(10,5%).

Cerca de 61% deste valor é destinado a melhorar a gestão de água, sendo 52% para a construção de barragens, abertura de furos, construção de poços, diques, sistemas de bombagem, unidades de dessalinização, reservatórios e 9% para a promoção da irrigação, em especial da micro-irrigação. Outra parte importante (23%) destina-se à mudança nas práticas agrárias, silvícolas e pastoris.

A água a que se referia Donan, da Associação Brianda Norte, citado anteriormente, vinha cair em uns reservatórios espalhados pelo Charco. Ela nascia entre as rochas e desembocava numa galeria construída para o efeito no período colonial. Era a “água da disputa”, a que Loide nos contava que as antigas famílias proprietárias das terras acreditavam, conjuntamente, possuir. Então, tanto Loide como outras mulheres teriam que aguardar a instalação da bomba para terem acesso à água do furo aberto bem mais recentemente, ainda que contra a vontade dos grandes proprietários.

Eles por aqui desde sempre tiveram a sua água, [desde] os tempos antigos. Mais velhos que o meu pai, que os meus avós. Então, agora para regarmos dali dá canseira. A sua água não dá mais... Eles acham que por terem tido hortas em primeira mão, eles é que são donos. E nós que ganhamos essas parcelas recentemente, eles não queriam que nos fossem dadas... Então, a nós não nos deixam de maneira nenhuma.

[...] São as gentes mais grandes do tempo antigo e já a sua água não dá para regar deste lado e partilhar conosco. Não dá para repartir com a gente, logo eles não repartem. (Loide, Charco, 04/2015).

Com efeito, a mensagem enviada pelos grandes proprietários do Charco para essas mulheres foi que elas sempre viveram sem água e acostumar-se-iam sem água. Ao contrário deles que sempre tiveram os seus potes cheios e cujos potes para sempre assim deveriam permanecer.

Na perspectiva destas mulheres chefes de família, nem as parcelas de terra distribuídas pelo Ministério foi alvo de alguma satisfação por parte dos proprietários – uma vez sem terra, para sempre, portanto, deveriam ficar, mesmo que as parcelas tenham sido retiradas da ribeira, um espaço pelo qual tradicionalmente esses proprietários nunca se interessaram, seja por ser o caminho das enxurradas das chuvas, seja por ser considerado como propriedade do Estado. Nas suas percepções, eles teriam maiores direitos tanto sobre a terra quanto sobre a água, na medida em que todos, desde os que vivem até os que são falecidos, suas condições e histórias, são testemunhos da antiguidade dos seus patrimônios.

20 Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África.

Neste momento, enquanto esperavam ver algum desfecho para a sua situação, estas mulheres olhavam para o céu com o intuito de ler os sinais que poderiam indicar um bom ano agrícola. A erupção vulcânica na ilha do Fogo, em novembro de 2014, era para a comunidade um bom presságio, uma vez que, segundo a memória oral, nos anos de erupções sempre se colhia em abundância. Ainda que a *azágua*²¹ não desse muita comida para eles, pelo menos haveria muita palha para os seus animais. Simplesmente, o que tinham a fazer era dedicarem-se à plantação todos os anos, sem perder a esperança, e contando que, se nesse ano a *azágua* fosse fraca, Deus poderia permitir que no próximo ano fosse melhor.

Comentários finais

O objetivo que nos conduziu à Ribeira da Barca e ao Charco foi acompanhar a perspectiva de mulheres que estavam na *apanha de areia* – as quais conhecíamos pela visão corrente da culpabilização. Segundo Oliveira (2000), no que diz respeito às ações do Estado voltadas aos povos indígenas, no Brasil, o compromisso ético e moral para a garantia de um diálogo simétrico é responsabilidade do polo dominante, no caso, do Estado. Fomos guiadas por esta proposta ao longo deste trabalho.

Desde a imersão em campo, aprendemos que a *apanha de areia* não se trata de um mero recurso natural disponível ou um trabalho eventual, na forma de um “biscate”, como nos alertou um dos jovens a caminho do Charco, mas compõe o ambiente do meio rural cabo-verdiano e está relacionada a diversas dinâmicas, temporalidades, memórias e interações, considerando humanos e não humanos. Pensamos aqui, a partir de Tim Ingold (2012, p. 32), na “mútua permeabilidade e conectividade” que compõe o ambiente como um “mundo aberto” que se faz desde as práticas, em constante movimento/fluidez. Para ele, “as coisas estão vivas [...], porque elas vazam” (Ingold, 2012, p. 32), ou seja, as fronteiras entre natureza e cultura são borradas. Desta forma é que percebemos os ensinamentos do Sr. Sogni sobre o mar e os ritmos da vida em Ribeira da Barca e no Charco, mas também sobre a esperança de uma boa colheita, sobre o sentido das limitações do humano, ou sobre um senso de justiça que atravessa temporalidades e planos do existir. Seria este diálogo íntimo com a natureza (e com não humanos) um espaço cultivado e possibilitado pela experiência colonial?

Relativamente à *apanha de areia*, observamos que há uma culpabilização das mulheres, sem que, no entanto, se problematize a estrutura de desigualdades tanto em termos de gênero como em termos de classe. A posse e o controle dos recursos -- terra e água –, no domínio masculino, demonstra que essa comunidade rural inspira e expira desigualdades.

A manifestação “lenço branco na cabeça”, mencionada no início deste texto, estabelece alguns nexos históricos no campo das relações de gênero, no interior de Santiago. Esposas de homens que emigraram e que permanecem no país, mantendo

21 Tempo das águas, ou seja, época das chuvas em que se dedica à agricultura de regadio e que decorre de julho a setembro.

uma conjugalidade à distância, são reconhecidas como “viúvas de lenço branco”, em comparação com o lenço preto usado por viúvas como um indicativo de luto. É o que nos mostra o estudo realizado por Veiga (2016) na comunidade de Pilão Cão, no concelho de São Miguel. Conclui a autora que estas mulheres são fundamentais para o projeto de migração dos maridos ausentes, seja pela sobrecarga com a manutenção social e econômica das famílias, seja por ser um elo com os demais familiares. O seu estudo nos apresenta o fardo social carregado por estas mulheres que permanecem e que são constrangidas a viverem nesta condição de “viúvas de lenço branco”. A manifestação “lenço branco na cabeça”, organizada por mulheres chefes de família e que estão na *apanha de areia*, poderia ser tomada como uma crítica ao sistema de gênero presente na forma de organização social e, também, no corpo do Estado?

Referências

- ACORDO de pesca entre Cabo Verde e UE considerado “mais do que satisfatório”. **A Semana**. [Economia]. Cabo Verde, 19 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article93865>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- ASSOCIAÇÃO das mulheres da África Ocidental promove atelier de sensibilização sobre a apanha de areia. **RTC – Radiotelevisão Caboverdiana**. Praia, 27 de junho de 2015. Disponível em: <http://rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=42017>. Acesso em: 27 jun. 2015.
- CABO VERDE. **DECRP III** - Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012-2016). Praia: Governo de Cabo Verde, 2012.
- CENTEIO, Nicolau. DGA propõe suspensão da apanha de areia nas praias de São Filipe. **A Semana**. [Atualidade]. Cabo Verde, 15 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article52792>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- CHAMBERS, Robert. **Rural development: putting the last first**. London: Longman, 1983.
- DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Autores Associados, 1995.
- ESQUIVEL, Valeria. **La economía del cuidado em América Latina**: poniendo a los cuidados en el centro de la agenda. El Salvador: Centro Regional de America Latina Y el Caribe del PNUD, 2011. (Série Atando Cabos e Deshaciendo Nudos)
- EXTRACÇÃO de inertes e a degradação ambiental provocado preocupa o país. **RTC – Radiotelevisão Caboverdiana**. Praia, 8 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=172>. Acesso em: 08 jan. 2010.
- EXTRATORES resistem interdição da apanha de inertes em São Vicente. **A Semana**. Cabo Verde, 06 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://asemana.publ.cv/spip.php?article104471&ak=1>>. Acesso em: 06 nov. 2014.
- FERREIRA, Vladimir. Barragi sta finkadu ma nós nu fika disariadu: espaços de afrontamento entre as dúvidas do presente e as incertezas do futuro na comunidade de Boaventura, Figueira Gorda, Ilha de Santiago, Cabo Verde. **Repocs**, Maranhão, v. 13, n. 26, p. 107-120, jul/dez 2016.
- FURTADO, Claudio Alves (coord.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade em Cabo Verde**: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar. Dakar: Codesria, 2008.
- GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva. A pesca artesanal na Cidade Velha num contexto de patrimonialização do espaço. **Repocs**, Maranhão, v. 13, n. 26, p. 93-106, jul/dez 2016.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico 2015**. Praia: INE, 2015.

_____. **III Recenseamento Geral da População e Habitação no ano de 2010**. Praia: INE, 2011.

MOASSAB, Andréia; VIEIRA, Miriam Steffen. Políticas de gênero e desenvolvimento em Cabo Verde. **Tom**, n. 28, p. 51-71, jan/jun 2016.

MULHERES de Gouveia aderem a patchwork em alternativa à areia. **Sapo Notícias**, 4 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/3649.html>>. Acesso em: 04 fev. 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Ação indigenista, eticidade e o diálogo interétnico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, set./dez. 2000. p. 213-230.

PINA, Constança. Apanha desenfreada de areia nas Praias do Tarrafal de São Nicolau: moradores acusam autoridades de descaso. **A Semana**. [Ambiente]. Cabo Verde, 20 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article96956&kak=1>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

REIS, Victor. Fontes de rendimentos das famílias rurais e a segurança alimentar em Cabo Verde. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], Lisboa, n. 29, p.129-157, 2015.

RETOMA de extração de inertes só com nova lei. **A Nação**. [Actualidades]. Cabo Verde, 03 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://anacao.cv/2016/02/03/retoma-de-extracao-de-inertes-so-com-nova-lei/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. “**Mara sulada e dā ku torno**”: performance, gênero e corporeidades no Grupo de Batukadeiras de São Martinho Grande (Ilha de Santiago, Cabo Verde). 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

VEIGA, Maria Anilda Martins da. (Re)configurações identitárias entre mulheres cujos maridos/companheiros emigraram: o caso de Pilão Cão. In: SILVA, Carmelita de Afonseca; VIEIRA, Miriam Steffen. (orgs.). **Gênero e sociabilidades no interior de Santiago**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Uni-CV; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016. p. 151-180.

VERÍSSIMO, Paulo. Capital social como estratégia de redução da pobreza: a implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural em Santiago. In: FURTADO, Claudio Alves; VIEIRA, Miriam Steffen (orgs.). **Desigualdades sociais e dinâmicas de participação em Cabo Verde**. Praia, Santiago, Cabo Verde: Uni-CV; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 117-150.

Recebido em 31/08/2016

Aceito em 01/02/2017